

Autorização concedida ao Repositório da Universidade de Brasília (RIUnB) pelos organizadores do livro, com as seguintes condições: disponível sob Licença Creative Commons 3.0, que permite copiar, distribuir e transmitir o trabalho, desde que seja citado o autor e licenciante. Não permite o uso para fins comerciais nem a adaptação desta.

Granted authorization to the Repository of the University of Brasília (RIUnB) by the organizer, with the following conditions: available under Creative Commons License 3.0, that allows to copy, distribute and transmit the work, provided the author and the licensor is cited. Does not allow the use for commercial purposes nor adaptation.

REFERÊNCIA

ABRANTES, Paulo. Metafísica e Ciência: o caso da Filosofia da Mente. In: CHEDIK, Karla; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Org.). Temas de Filosofia da Natureza. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 210-239.

Temas de Filosofia da Natureza

Organizadores

**Karla Chediak
Antônio Augusto P. Videira**

Metafísica e Ciência: O Caso da Filosofia da Ment

Prof. Paulo Abrantes

Departamento de Filosofia | UNB

1 | Metafísica => Ciência

O séc. XX iniciou-se com uma forte oposição, por parte dos filósofos (para não dizer dos cientistas) a qualquer pretensão de se ter conhecimento e de se poder construir uma imagem de Natureza, um quadro de Mundo, *a priori*- isto é, através de métodos nos quais a experiência não desempenhe um papel central (seja 'instruindo' essa construção, seja 'selecionando-a'). Somente os métodos científicos seriam adequados para se elencar o que existe na Natureza.

Os excessos da *Naturphilosophie* no séc. XIX seguramente tiveram um papel central nessa resistência a quaisquer construções *a priori*. Surgia uma tensão que parecia insuperável entre as pretensões e possibilidades da Metafísica (particularmente na concepção que se fazia dessa área numa tradição que remontava a Aristóteles!) e as da Ciência.

O Manifesto do Círculo de Viena (CV), publicado em 1929, "A concepção científica do mundo..." radicalizou uma postura anti-metafísica sobretudo entre filósofos da ciência anglo-saxônicos, em especial os que se engajaram no programa do "empirismo lógico" (EL), também conhecido por "neo-positivismo".²

O EL herdou do positivismo do séc. XIX um de seus pontos programáticos mais nítidos: a eliminação da Metafísica do campo científico. Para o positivismo na versão de Comte, a Metafísica se caracteriza pelo ideal quimérico de se conhecer as causas dos fenômenos. Nas Ciências em sua fase "positiva", esse ideal "metafísico" deve ser substituído pela descoberta das relações funcionais entre as variáveis que descrevem os fenômenos, visando estritamente ao conhecimento das leis que os regem. O positivismo propôs, portanto, um "critério de demarcação" entre Ciência e Metafísica.

Já em d'Alembert vislumbra-se um proto-positivismo, evidenciado pela sua desconfiança com respeito à noção newtoniana de 'força'. As diversas modalidades de positivismo propostas ao longo do século XIX- representadas por Comte, Mach, Poincaré, Duhem, entre outros- têm em comum a tese de que não há possibilidade de conhecimento científico do que é inobservável (as causas dos fenômenos seriam tipicamente inobserváveis, como o que Hume chamava de "poderes"). A hipótese atômica foi, conseqüentemente, um alvo privilegiado dos ataques positivistas. Para o "neo-positivismo" do séc. XX, representado pelo CV, a demarcação entre Ciência e Metafísica mantém-se uma questão central.

No espírito da "virada linguística", o EL escolheu a linguagem como o campo no qual o "problema da demarcação" seria abordável.³ Essa escola propôs uma semântica empirista na tentativa de resolver o problema da demarcação: os enunciados metafísicos passam a ser considerados desprovidos de significado já que não poderíamos exibir um método para a sua verificação. Seguindo esse critério, tais enunciados não possuem significado e, conseqüentemente, não lhes podemos tampouco atribuir um valor de verdade (ou seja, a rigor não seriam, de fato, proposições)⁴.

Schlick, num livro⁵ publicado em 1918, já propunha um critério verificacionista de significado nos seguintes termos: o significado de uma proposição é o método de sua verificação. Um corolário desse critério é que todo enunciado que não possa ser formulado em termos empíricos, ou que não seja lógico, seria destituído de significado.

Muitos dos problemas tradicionais da Filosofia e, particularmente, da Metafísica seriam oriundos do mau uso da linguagem ou do emprego de uma linguagem inadequada (imprecisa, etc.)⁶.

Carnap foi um dos que levou mais longe esse programa, a ponto de desnudar as suas limitações. Seu ponto de partida no tratamento do problema da demarcação foi a "aparência de correção linguística" dos enunciados metafísicos, ou seja, a aparência de serem enunciados significativos veiculando conhecimento a respeito do mundo. Para Carnap, essa aparência indicava a necessidade de se distinguir correção lógica de correção gramatical (sintática) nas linguagens naturais. Essa constatação levou-o a construir linguagens artificiais nas quais a correção lógica acompanhasse a correção gramatical. Desse modo poder-se-ia desmascarar pseudo-problemas em Filosofia.

1. 2 | A Filosofia da Ciência do Empirismo Lógico e a Metafísica

Para o EL, a Metafísica pode se imiscuir na Ciência por duas vias: através da presença de termos teóricos⁷ na linguagem das teorias científicas e através da forma matemática como as teorias, em especial as da Física, se apresentam. Foi fundamental, portanto, da perspectiva da Filosofia da ciência do EL, esclarecer esses dois problemas: o do *status* da linguagem teórica e o do papel da matemática nas teorias científicas.

Em última instância, esses dois problemas recolocam a distinção kantiana entre proposições sintéticas e analíticas. Para o EL, tratava-se de contestar a possibilidade do sintético *a priori*, seja na forma de uma linguagem teórica sem base observacional, seja de um cálculo (matemático).

Na chamada “concepção ortodoxa” [*received view*] da estrutura das teorias científicas, as teorias são consideradas objetos linguísticos, a serem analisados em termos de sua sintaxe e de sua semântica (a pragmática ganhará ênfase, mais tarde, entre os críticos do EL). Veremos que essa reconstrução linguística permitiu abordar tanto o problema dos termos teóricos quanto o do papel da matemática nas teorias científicas.

Num primeiro momento, acreditou-se que o problema dos termos teóricos pudesse ser resolvido através da tradução da linguagem teórica numa linguagem observacional. As dificuldades que enfrentaram os empiristas para levar a cabo tais traduções e as vicissitudes do seu programa não me interessam aqui. Quero somente ressaltar que esse programa de tradução linguística, de eliminação da linguagem teórica, refletia uma postura não-realista, segundo a qual as teorias científicas não se referem a uma realidade além da observacional. As proposições teóricas simplesmente encapsulariam um conjunto de observações ou então, seguindo uma postura instrumentalista, não seriam autênticas proposições (não teriam, portanto, valor de verdade) mas sim, regras de inferência que permitiriam associar proposições observacionais a outras proposições observacionais- como ocorre quando fazemos previsões usando as teorias científicas⁸. Ao reduzirem ou desqualificarem a linguagem teórica, os empiristas acreditavam estar, ao mesmo tempo, depurando a Ciência de “contaminações” metafísicas.⁹

O segundo problema que a “concepção ortodoxa” da estrutura das teorias científicas tentou resolver foi o do papel da matemática. A possibilidade de termos um “núcleo sintético *a priori*” em nosso conhecimento, particularmente no conhecimento científico, foi um dos pontos de discussão para as Filosofias da ciência do séc. XIX, marcadas pela imensa influência de Kant.

As dificuldades que enfrentavam tanto o empirismo quanto o racionalismo para responder ao problema de como a matemática se aplica à experiência, foram enfrentadas por Kant supondo que existem formas para a nossa intuição sensível: o espaço e o tempo. A estrutura da nossa experiência sensível seria, então, condicionada pela nossa estrutura psíquica. Como consequência do modo como nossa experiência é estruturada pelas formas da intuição, os enunciados da geometria (euclideana) e da aritmética expressariam, nessa perspectiva, simultaneamente verdades necessárias e sintéticas (seriam relativos ao espaço e ao tempo como “formas puras” da intuição). Os enunciados matemáticos se distinguem, desse modo, das “leis” da lógica pois estas, embora necessárias, nada afirmam a respeito da experiência sensível (são analíticas, portanto).

O desenvolvimento das geometrias não-euclidianas no séc. XIX abalou profundamente essa concepção kantiana da natureza das matemáticas.

Contra esse pano de fundo do kantismo, o papel cada vez mais importante desempenhado pela linguagem matemática nas teorias da Física, fez da Matemática o que pareceu aos positivistas uma porta de entrada para o sintético *a priori* no conhecimento científico. Os positivistas pretendiam tomar, contudo, a Matemática como puramente formal, e não “intuitiva” como em Kant. Mesmo nesta hipótese, ou seja, não se admitindo o sintético a priori kantiano, existiria um elemento *a priori* no conhecimento científico, pelo menos de caráter formal?

Mach, em 1868, admitiu a existência de princípios fundamentais *a priori* de caráter formal. Mais tarde ele rejeitaria todo *a priori* no conhecimento científico. Nas duas últimas décadas do séc. XIX, Clifford, Pearson e Hertz admitiram um elemento *a priori* formal, conceitual, mas sem conteúdo empírico¹⁰. A linguagem matemática não poderia corresponder exatamente a esse elemento *a priori*?

Com os desenvolvimentos da Lógica a partir do final do séc. XIX, esta questão pode ter uma resposta sistemática. Os *Principia Mathematica* de Whitehead e Russell abriram a porta para uma redução da Matemática à Lógica. Por sua vez, Wittgenstein

passou a defender que as “leis” da Lógica são meras tautologias, isto é, enunciados destituídos de qualquer conteúdo empírico, habilitando-as a serem válidas em todos os mundos possíveis. Os enunciados lógicos (e, também, os enunciados matemáticos, no caso de serem mesmo redutíveis àqueles) podem, por isso mesmo, “aplicar-se”, qual uma forma, a um conteúdo qualquer. Os enunciados matemáticos deixam, portanto, de possuir qualquer caráter sintético *a priori*. O EL adotou esta filosofia logicista da Matemática. Carnap coloca tal posição de modo exemplar:

“... a adjunção da ciência formal à ciência do real não introduz nenhum elemento objetivo novo, como crêem muitos filósofos, os quais opõem aos objetos ‘reais’ da ciência do real os objetos ‘formais’, ‘espirituais’ ou ‘ideais’ da ciência formal. A ciência formal não tem absolutamente nenhum objeto; é um sistema proposicional auxiliar, desligado de todo objeto e vazio de todo conteúdo” (apud Blanché, 1983, p. 114).

A Filosofia da ciência do EL deixou de lado, através de procedimentos desse tipo, temas metafísicos tradicionais e concentrou-se nos epistemológicos.¹¹ Um exemplo disso está na abordagem que os empiristas lógicos adotaram no esclarecimento da natureza da explicação científica. O modelo nomológico-dedutivo proposto por Hempel-Oppenheim, enquanto reconstrução lógica da estrutura da explicação científica, foi uma tentativa engenhosa de evitar temas metafísicos como os da causalidade, das espécies naturais, das leis da natureza, etc.

O behaviorismo ilustra a influência desta Filosofia sobre a metodologia científica: segundo essa corrente, a Psicologia deve ter como objetivo descobrir leis envolvendo exclusivamente observáveis, no caso os estímulos e as respostas do organismo. Os psicólogos behavioristas são, coerentemente, não-realistas com respeito às disposições comportamentais¹².

1. 3 | Popper e a Metafísica

Popper rejeitou a via semântica, trilhada pelos empiristas lógicos, para resolver o problema da demarcação. Ele foi um dos críticos do critério verificacionista de significado cuja aplicação, a seu ver, teria não só como consequência “esvaziar” os enunciados metafísicos de significado, mas também grande parte dos enunciados

que encontramos nas teorias aceitas como científicas. Popper foi enfático em afirmar que a sua proposta de solução para o problema da demarcação - o falsificacionismo - não possui um caráter semântico mas metodológico.

Ao admitir a Metafísica como um discurso com significado, Popper abre as portas para o reconhecimento do seu papel no contexto de descoberta, como uma das fontes inspiradoras do trabalho científico. Contrariamente aos empiristas lógicos, que pretendiam “aniquilar a metafísica”, Popper admite uma influência positiva das crenças metafísicas ao longo da história da ciência.¹³

Na opinião de Radnitzky, o EL ao extirpar a metafísica, ou “hipóteses a respeito de um quadro de mundo”, incapacitou-se para “compreender qualquer tipo de produção de conhecimento que seja mais avançado que o de teste de hipóteses e teste de explicação” (Radnitzky, 1970, p.xxix). Os empiristas lógicos, ao estabelecerem uma dicotomia estrita entre proposições analíticas e sintéticas, e ao concentrarem-se no contexto de justificação, “não podiam ver o sintético *a priori* (no qual se enquadram as proposições metafísicas ou filosóficas) como uma parte importante dessas pré-condições que formam o núcleo de crescimento de teorias científicas...” (Radnitzky, *ibid.* p. 23).

Num certo sentido, ao nível do contexto de descoberta, Popper admite a importância do “sintético *a priori*”, embora esta expressão não mais se refira a estruturas cognitivas de um sujeito transcendental, como em Kant, mas a uma determinada constelação de “saberes”, de hipóteses- muitas delas de aceitação indecível por métodos empíricos num determinado momento histórico.

A título de exemplo, as especulações da *Naturphilosophie*- tão vilipendiadas pelos positivistas- exerceram uma importante influência sobre Oersted na descoberta da indução eletromagnética. Evidências históricas desse tipo podem ser acomodadas pela Filosofia da ciência de Popper e de seus seguidores, como Lakatos. Popper reconhece, por exemplo, que o atomismo clássico, embora fosse originalmente uma teoria ‘metafísica’ (no sentido popperiano de ‘não-falseável’) contribuiu, ao longo da história, para a geração de teorias científicas, isto é, falseáveis. Os programas de pesquisa científica de Lakatos, por sua vez, são caracterizados por um “núcleo” metafísico¹⁴ que possui uma importância heurística fundamental para a geração e modificação da série de teorias do programa.

A história da ciência fornece, de fato, evidências de que, em qualquer período,

os cientistas admitiram, consciente ou inconscientemente, explícita ou implicitamente, determinadas “imagens de natureza” que não podiam ser submetidas diretamente ao crivo da experiência. Tais “imagens”- que eventualmente são sugeridas pela Metafísica filosófica ou originam-se de outras fontes- funcionam como ontologias, em geral assistemáticas e tácitas, fixando os constituintes que são considerados últimos ou essenciais da realidade, suas modalidades de interação, bem como os processos fundamentais dos quais participam. Essas imagens de natureza fornecem a matéria prima para modelos e metáforas, que são geratrizes e elementos constitutivos das teorias científicas. As imagens de natureza influenciam, por outro lado, as decisões a respeito da aceitabilidade de explicações e o desenvolvimento de métodos considerados adequados à investigação, retringindo e orientando a atividade científica.¹⁵

O sucesso dos programas de pesquisa científicos naturalmente levam a um (maior) enraizamento de uma particular imagem de natureza ou, no caso de insucesso, à sua revisão ou seu descarte por completo. Isso sugere que uma influência inversa, agora da Ciência em direção à Metafísica filosófica é, em princípio, admissível. Ou seja, não só as metafísicas especulativas dos filósofos podem condicionar as imagens de natureza dos cientistas- como no caso de Oersted- mas, ao inverso, a própria dinâmica da Ciência (o sucesso ou insucesso dos programas de pesquisa científica) pode, eventualmente, ter um impacto sobre a Metafísica com base no enraizamento das imagens de natureza pressupostas por tais programas, ou no descarte de tais imagens por parte dos cientistas.¹⁶

Na segunda parte deste artigo, gostaria de colocar justamente a questão: o conhecimento científico pode (ou deve) contribuir mais diretamente para a Metafísica filosófica? Nessa hipótese, é ainda possível preservar uma (relativa) autonomia entre as investigações científica e metafísica e atribuir um *status* epistemológico diferenciado aos seus respectivos resultados?

2. Ciência => Metafísica

2.1 | O Programa Naturalista

O naturalismo anglo-americano das primeiras décadas do século XX, representado por nomes como Dewey e Santayana, entre outros, foi gradualmente eclipsado pela “virada linguística”, a emergência do empirismo lógico e outras escolas filosóficas. Kitcher (1998) associa o clima anti-naturalista que então se instalou a uma epistemologia pós-fregeana e wittgensteiniana, marcada por uma concepção do trabalho filosófico que o isolou das Ciências, francamente anti-psicologista e caracterizado por uma metodologia ‘apriorista’: um misto de análise conceitual e de reconstrução lógica. Na primeira parte do artigo dei exemplos da aplicação desta metodologia no EL.

A perda de hegemonia da filosofia analítica e do empirismo lógico, a partir dos anos 50, foi acompanhada pelo “retorno dos naturalistas”.¹⁷

Em Epistemologia, especificamente, o naturalismo contemporâneo ressurgiu com o artigo de Quine, “Epistemology naturalized” (1987a) que, salvo engano, foi quem forjou essa denominação. Quero sublinhar as implicações naturalistas da crítica de Quine aos “dogmas do empirismo” - em particular à noção de analiticidade-, e do seu professado holismo, que o levam a rejeitar o alegado *status a priori* dos princípios e teorias epistemológicas. Quine rompe, além disso, com o anti-psicologismo de cepa fregeana, defendendo um naturalismo eliminativista, no qual a Epistemologia seria absorvida pela Psicologia. Há que se destacar, também, o apelo de Quine ao darwinismo numa tentativa de responder ao ceticismo e de elaborar uma resposta ao problema da indução, no seu artigo “Natural Kinds” (1987b).

Os naturalistas rejeitam, de modo geral, a possibilidade da justificação *a priori* e, de modo particular, o *status a priori* da própria Epistemologia. A Epistemologia, na concepção naturalista, é considerada um empreendimento tão falível quanto o científico estando, de fato, em continuidade com este último. Os naturalistas argumentam que as teses epistemológicas sempre pressupõem, consciente ou inconscientemente, hipóteses contingentes (empíricas) a respeito do mundo e a respeito de nós-mesmos enquanto sistemas cognitivos. A Epistemologia perde, assim, o seu *status* privilegiado de “filosofia primeira”, de ponto fixo que permitiria alavancar uma crítica, digamos, “externa” às pretensões epistêmicas da Ciência.¹⁸

2.2 | Metafísica Naturalizada

Ao lado de uma Epistemologia naturalizada há quem defenda também uma naturalização da Metafísica. Kornblith, por exemplo, considera que as questões epistemológicas e as questões metafísicas são mutuamente imbricadas¹⁹ e propõe que o programa naturalista as aborde na sua interdependência, sem admitir a prioridade de qualquer uma dessas áreas.

Uma Metafísica naturalizada seria, para Kornblith, ‘destilada’ das teorias científicas aceitas num determinado momento e, de modo algum, resultado de uma especulação *a priori*. Especifica-se os constituintes, tipos de sistema e níveis ontológicos na Natureza com base nas melhores teorias científicas disponíveis:

“As atuais teorias científicas são ricas em suas implicações metafísicas. A tarefa do metafísico naturalista, como vejo, é simplesmente de extrair as implicações metafísicas da Ciência contemporânea. Uma metafísica que vai além dos compromissos da ciência simplesmente não se apóia na melhor evidência disponível. Uma metafísica que não admite compromissos tão ricos quanto aqueles de nossas melhores teorias científicas atuais, pede-nos para estreitar o escopo da nossa ontologia de um modo que não resistirá ao escrutínio. Para o naturalista, simplesmente não há rota extracientífica para a compreensão metafísica” (Kornblith, 1998, p. 149).

Kornblith não aceita, portanto, metafísicas que vão além dos limites autorizados pelas nossas melhores teorias científicas atuais²⁰, nem aquelas que restringem tais limites, como seria o caso de posições fisicalistas-redutivas. Tampouco ele aceita a postura de várias correntes da Filosofia da ciência do século passado, que se arrogavam mentoras da prática científica:

“A essa altura da história, a filosofia não tem credenciais para fazer isto. Eu creio que os filósofos devem ser mais modestos, e tentar construir teorias filosóficas que sejam cientificamente bem informadas, em vez de tentar informar as ciências com alguma espécie de intuição extracientífica” (Kornblith, *ibid.*, p. 169).

Kornblith representa, portanto, a tendência naturalista mais recente, declaradamente cientificista, ao defender que as teorias científicas têm- ao contrário do que acreditaram tradicionalmente os filósofos- precedência com respeito tanto à Metafísica quanto à Epistemologia²¹:

“... e não porque haja uma razão *a priori* para se confiar na ciência acima da filosofia, mas sim porque há um corpo teórico-científico que provou seu valor na previsão, explicação e aplicação tecnológica. Isso dá ao trabalho científico uma espécie de fundamento que nenhuma teoria filosófica teve até hoje. Somente ao tornar a filosofia contínua com as ciências, conforme Quine sugeriu, poderemos provê-la com um fundamento adequado. Isto é o que, creio eu, os positivistas lógicos esperavam fazer, mas seu desejo de dar à filosofia tal base foi frustrado pelo método *a priori* que eles empregaram, um método que teve sucesso somente em isolar a teorização filosófica dos resultados científicos e dos métodos científicos que os positivistas tanto respeitavam” (Kornblith, 1998, p. 168).

Em consonância com esse naturalismo, somente devemos postular a existência daquelas entidades e processos descritos pelas teorias científicas “bem sucedidas”²². Pode ser motivo de controvérsia, entretanto, quais ciências incluir na lista. Kornblith, por exemplo, não faz restrições e inclui até as ciências humanas.

Discute-se, também, em que medida o naturalismo implica numa ontologia particular como, por exemplo, o fisicalismo (ou materialismo)- ontologia que rejeita a existência de entidades, propriedades e processos além daqueles postulados pela Física colocando, por exemplo, sob suspeita qualquer modalidade de dualismo mente/corpo (seja um dualismo de substância, seja de propriedades).

Pettit (1994), por exemplo, define o naturalismo da seguinte forma: “Esta é a doutrina de que somente existem coisas naturais: só particulares naturais e só propriedades naturais”. O termo “natural” é ambíguo e depende do que decidimos incluir no âmbito da Natureza. Mas Pettit, logo a seguir, define melhor o seu sentido:

“[O naturalismo] é um parente próximo da doutrina do materialismo ou fisicalismo, de acordo com a qual somente existem as coisas físicas ou materiais” (1994, pp. 296-7).

Resta saber se essas “coisas físicas” são unicamente as reveladas pela nossa experiência ordinária do mundo macroscópico ou se incluem também, numa perspectiva naturalista, as entidades descritas pelas teorias da microfísica, por exemplo.²³

Relacionada com a questão anterior (mas não se identificando com ela) está a questão de se os naturalistas defendem a redução das Ciências de “nível alto”, ou “especiais” (como a Psicologia, por exemplo), às Ciências “básicas” como a Biologia e a Física.

Embora Kornblith (1998) considere que as Ciências fornecem evidência a favor do fisicalismo, elas não apontam, contudo, no seu estágio atual, para um reducionismo. Uma metafísica reducionista, na visão de Kornblith, “restringe” indevidamente “a ontologia oferecida pela ciência”. De toda forma, Kornblith não defende o materialismo em bases *a priori*, o que estaria em contradição com o seu professado naturalismo:

“Se viéssemos a descobrir que os estados mentais não são fisicamente constituídos, isto não seria evidência para sua não-existência mas, em vez disso, evidência de que o materialismo é falso. O materialismo não deve ser visto como alguma espécie de restrição *a priori* para a teorização sobre o mental” (Ibid., p. 151).

Para Kornblith, a constatação da diversidade das Ciências tem implicações metafísicas. Essa diversidade, segundo ele, deve apontar no sentido de reconhecer a existência de “espécies naturais” [*natural kinds*] ao nível das Ciências especiais, garantindo a autonomia dessas últimas. Fodor defende uma posição semelhante:

“O reducionismo (...) não se sustenta frente aos fatos acerca da instituição científica: a existência de um vasto e articulado [*interleaved*] conglomerado de disciplinas científicas especiais que frequentemente parecem desenvolver-se com, no máximo, um reconhecimento ocasional [*casual*] da condição [*constraint*] de que suas teorias devem, ‘a longo prazo’, tornar-se física. Quero dizer que o fato de se aceitar essa condição frequentemente desempenha pouco ou nenhum papel na validação prática das teorias” (Fodor, 1991, p. 439).

Uma posição não-reducionista usualmente inclui a tese de que as Ciências especiais descrevem “espécies naturais” e que estas espécies têm poderes causais autônomos (relativamente às espécies naturais descritas no âmbito da Física):

“Se tomamos nossas sugestões das próprias ciências, no entanto, em vez de tentar impor uma metafísica *a priori* à nossa teoria científica atual, nós seremos levados precisamente ao resultado oposto. Nossas melhores teorias atuais em psicologia, economia, sociologia, e assim por diante, são todas cheias de teses causais. Diz-se que os estados mentais interagem; causam comportamento; são causados por certas condições ambientais; e assim por diante. Estas teses não necessitam ser reinterpretadas ou reconstruídas logicamente, mais do que [necessitam] as afirmações causais que se encontram nas ciências básicas. Já que as teorias bem sucedidas nas ciências de mais alto nível são atualmente comprome-

tidas com a existência de relações causais entre os eventos sobre os quais quantificam, nós devemos nos comprometer do mesmo modo” (Kornblith, *ibid.* p. 153-4).²⁴

Kornblith é, portanto, realista com respeito às espécies naturais postuladas por Ciências de nível alto como a Psicologia (e.g. tipos de estados mentais) e considera que tais espécies têm poder causal genuíno. Ele rejeita, em particular, o epifenomenismo em filosofia da mente (Kornblith, 1998, p. 151).²⁵

Ele reconhece, contudo, que a metafísica não-reducionista, estratificada, que propõe, embora seja compatível e, acredita, fundada no estágio atual do conhecimento científico, não é consensual entre os naturalistas. A adoção de uma metafísica particular restringe, de todo modo, as posições epistemológicas que podem ser adotadas pelo naturalista.

Pettit (1994) também percebe uma ambiguidade ontológica no naturalismo: há aqueles que defendem um reducionismo, ou seja, uma ontologia mais restrita, e os que adotam uma ontologia mais ampla, na qual também têm lugar espécies (tipos) distintas das espécies físicas (e.g. propriedades que supervêm às propriedades físicas²⁶).

Pode-se sustentar, entretanto, que o naturalismo é ontologicamente neutro, comprometendo-se somente com uma particular metodologia, a das Ciências. Ou seja, o naturalismo pressuporia, nessa leitura, um monismo metodológico e não um monismo ontológico (como o fisicalismo).²⁷

3 | A Revitalização da Metafísica na Filosofia Contemporânea: O Caso da Filosofia Da Mente

A Filosofia da Mente vem desempenhando, nas últimas décadas, um papel crucial no abrandamento da postura anti-metafísica que prevaleceu na Filosofia, em especial a de orientação neo-positivista²⁸.

O que pretendo colocar é o seguinte: haveria espaço, na Filosofia contemporânea, para uma investigação metafísica (relativamente) distante, ou mesmo independente, dos conhecimentos específicos produzidos no âmbito das diversas Ciências, contrariando a posição de naturalistas como Kornblith? Nessa hipótese, como se dá ou dar-se-ia a interrelação Metafísica-Ciência?

Antes de retomar o tema do fisicalismo reducionista, abordado anteriormente,

consideremos o caso do funcionalismo em Filosofia da Mente, como uma das soluções mais aceitas para o problema mente/corpo (que constitui, inegavelmente, um problema ontológico). Em que medida a posição funcionalista foi influenciada pelos resultados das Ciências?

Num primeiro momento, podemos dizer que o funcionalismo resultou de problemas internos à Filosofia (da mente), em especial de problemas colocados pela chamada “teoria da identidade” (que, por sua vez, tem uma clara inspiração fisicalista-redutiva). Para a teoria da identidade, tipos mentais são idênticos a tipos físicos. A teoria da identidade, em sua formulação original, parecia ferir uma intuição cara a diversos filósofos: a de que mentes podem ser multiplamente realizadas.

O funcionalismo surgiu como uma alternativa à teoria da identidade, tomando a sério a referida intuição, ao mesmo tempo que manteve um compromisso claro com o fisicalismo- só que este fisicalismo se pretendia, agora, não-redutivo. O funcionalismo fez uso extensivo da metáfora computacional, já que a distinção entre ‘software’ e ‘hardware’ fornece um excelente exemplo de múltipla realização. A ciência da computação passa, então, a fornecer uma analogia, modelos, para se pensar a relação (ontológica) entre mente e corpo. Essa formulação do funcionalismo é conhecida como “funcionalismo de máquina de Turing”.

A analogia computacional pode, evidentemente, transformar-se numa concepção computacional literal de mente (foi o que ocorreu nas mãos de Newell e Simon), mas isso não é necessário. O importante para os meus fins é assinalar uma modalidade de relação entre a Metafísica e as Ciências: o funcionalismo é um exemplo de que estas últimas também podem fornecer modelos e analogias para uma investigação metafísica.²⁹

Nesse sentido, essa relação não difere da relação entre teorias nas diversas Ciências, o que pode ser considerado um ponto a favor do naturalista. Do mesmo modo que uma teoria científica pode funcionar como fonte de modelos para novas áreas de investigação científica³⁰, o conhecimento científico pode ser a fonte de modelos para a investigação filosófica.³¹

Do mesmo modo como um ‘software’ é realizado por processos causais ocorrendo no ‘hardware’ da máquina, o funcionalismo de máquina de Turing é, em geral, complementado por um funcionalismo causal que estipula que um particular evento mental- por exemplo, de dor- recai sob um tipo (mental) pela função causal

que desempenha, intermediando entradas (estímulos ou *inputs*), saídas comportamentais (*outputs*) e outros estados mentais.

O funcionalismo parece ser, na verdade, compatível com duas metafísicas diferentes. A primeira metafísica compromete-se com um dualismo de propriedades e distingue as propriedades de segunda-ordem (relacionais, extrínsecas) que definem um tipo mental, das propriedades físicas (intrínsecas) que definem o tipo físico que realiza aquele³². No caso da “dor”, por exemplo, suas propriedades seriam distintas das propriedades do tipo cerebral que a realiza (por hipótese, a “ativação da fibra C”, em humanos). Nessa primeira metafísica, dualista, não-redutiva, os tipos mentais têm poderes causais autônomos: a dor que sinto ao ser queimado causa (diretamente) a retração do meu braço (um comportamento ou efeito físico).

A segunda metafísica destitui os tipos mentais (ou as propriedades de segunda-ordem) de poder causal autônomo, identificando-os com os tipos físicos (ou as propriedades de primeira-ordem) que os realizam. No exemplo, a dor em humanos seria idêntica à ativação da fibra C. Na perspectiva desta segunda metafísica, o funcionalismo seria, no final das contas, compatível com a teoria da identidade (embora as identidades sejam, agora, restritas a cada uma das espécies biológicas capazes de sentirem “dor”). Nessa segunda metafísica, os tipos mentais têm poderes causais somente na medida em que são idênticos aos tipos físicos que os realizam. Caímos, desse modo, numa posição reducionista: não há propriedades mentais além e acima de propriedades físicas.

3.1 | O Problema da Impotência Causal dos Estados Mentais

O chamado “problema da causação mental” está no centro dos debates atuais em Filosofia da mente. Os trabalhos de Kim sobre este tema exemplificam, a meu ver, uma determinada modalidade de exercício metafísico na Filosofia contemporânea, no que tange ao seu grau de dependência com respeito ao conhecimento produzido no âmbito das Ciências.

Kim desenvolve um argumento segundo o qual os fiscalistas não-redutivos (e vimos que os primeiros funcionalistas tomavam-se como tal) ao adotarem a

superveniência como a relação adequada entre propriedades mentais e físicas, colocam-se face a um dilema: “se a superveniência- enquanto relação entre propriedades mentais e as propriedades da sua base física- vale, então a causação mental falha; se não vale, a causação mental é incompreensível” (Kim, 1999, p.46).

O argumento que fundamenta um dos polos do dilema, de forma bem sintética³³, apresenta-se da seguinte maneira: se a superveniência é a relação existente entre propriedades mentais e propriedades físicas (realizadoras) e se admitirmos, além disso, o fechamento causal do mundo físico- excluindo-se ao mesmo tempo a possibilidade de sobredeterminação causal- então os estados mentais perdem poder causal autônomo. Corre-se, então, o risco de cair no epifenomenismo (uma posição que, embora consistente, não é aceita por Kim e pela maioria dos filósofos da mente).

O argumento de Kim admite, portanto, os seguintes pressupostos:

1. a superveniência é a relação existente entre propriedades mentais e propriedades físicas (realizadoras). Isso significa que uma propriedade mental não pode instanciar-se sem que se instancie, ao mesmo tempo, uma propriedade física, e a instanciação desta última é nomologicamente suficiente para a instanciação da primeira;
2. Há fechamento causal do mundo físico. Trata-se de um compromisso essencial do fisicalismo, que exclui a causação descendente, ou seja, a possibilidade de um evento mental causar, de forma direta- sem intermédio de sua base física subveniente- um evento físico;
3. Está excluída a possibilidade de sobredeterminação causal, ou seja, de um estado físico ser causado, ao mesmo tempo, por um estado mental e por um outro estado físico da base subveniente;

Uma consequência, portanto, do argumento de Kim é que a primeira metafísica compatível com o funcionalismo- que via propriedades mentais enquanto propriedades de segunda-ordem distintas das propriedades físicas de primeira-ordem- tem que ser abandonada. Se aceitamos o *dictum* de Alexander- segundo o qual só existe o que tem poder causal- então as propriedades de segunda-ordem perdem seu *status* de propriedades e podem, no máximo, desempenhar o papel de conceitos numa descrição psicológica. Tais conceitos (e.g. de ‘dor’ em geral) permitem subsumir, nas nossas descrições, várias instâncias de eventos mentais. Isso pode ser muito conveniente, do ponto de vista descritivo, e eficaz do ponto de vista preditivo, mas

não tem *status* ontológico. Em outras palavras, se aceitamos a conclusão do argumento de Kim, os conceitos mentais (como o de 'dor'), na sua pretensão de universalidade (ou seja, de aplicar-se a diferentes espécies biológicas: homens, cachorros, golfinhos, etc.) não se referem a algo no mundo (como, por exemplo, tipos definidos por propriedades de segunda-ordem) embora possam estruturar classificações convenientes (dimensão pragmática) dos eventos associados caracteristicamente à mentalidade.

Com isso, a única metafísica aceitável redundaria na identidade mente-corpo restrita a espécies: tipos mentais são idênticos a tipos físicos numa particular espécie biológica (por exemplo, dor ° ativação da fibra C em humanos; dor ° ativação da fibra D em golfinhos, etc.). Salvamos, de um lado, a intuição da múltipla instanciação dos conceitos mentais. De outro lado, resguardamos o poder causal dos estados (ou das propriedades) mentais simplesmente porque estes são considerados idênticos a estados físicos. Mas não haveria nada de ontologicamente comum às dores que sentem os indivíduos de diferentes espécies biológicas.³⁴

Se temos que inevitavelmente abraçar esta (segunda) metafísica, não mais teríamos um dualismo de propriedades e, portanto, um fisicalismo não-redutivo, que era a promessa inicial do funcionalismo. Caímos, no final das contas, numa posição reducionista.

As implicações desse reducionismo são amplas. Em particular, como afirma Kim, "... a possibilidade da psicologia como uma ciência teórica capaz de gerar explicações nomológicas do comportamento humano depende da realidade da causação mental..." (Kim, 1999, p. 31).

Se não há causação mental autônoma, está aberta a redução da Psicologia à Neurofisiologia, ou mesmo a eliminação da primeira. As implicações para a Epistemologia e para a Ética também seriam dramáticas.

Esquematizei acima um tipo de incursão metafísica que, aparentemente, pouco ou nada deve a conhecimentos específicos, especializados, produzidos no âmbito das Ciências. Em particular, Kim não se apóia em nenhum resultado seja da Psicologia cognitiva, seja da Neurofisiologia para desenvolver o seu argumento. No máximo, podemos ver o comprometimento com o fechamento causal do mundo físico (o segundo pressuposto que destacamos) como tendo um caráter cientificista: ele é motivado, em última instância, pelo sucesso do programa das Ciências físicas

desde o séc. XVII. Essa seria, digamos, uma influência mínima, poderia mesmo dizer 'indireta', do conhecimento científico (ou melhor, da sua dinâmica progressiva) sobre a argumentação metafísica que desenvolve Kim.³⁵ Em outras palavras, o fisicalismo enquanto posição metafísica vem sendo consistentemente fortalecido pelo sucesso das Ciências físicas.

É sugestivo comparar essa modalidade de investigação metafísica com a que propõe o naturalista Kornblith. Seus resultados são, inclusive, diametralmente opostos: Kim tende para o reducionismo enquanto Kornblith, como vimos, desautoriza esse reducionismo em nome da diversidade das ciências contemporâneas.

Um outro ponto que gostaria de frisar, de passagem, é o seguinte: a argumentação de Kim pressupõe noções como as de 'evento', 'estado', 'tipo', 'ocorrência' [*token*], 'propriedades' (de primeira e de ordem superior), 'substância', 'relações', etc.. Tais noções podem ser objeto de uma Metafísica Geral entendida, como quer Loux, como uma "teoria das categorias". Seguindo uma das concepções de "Metafísica", que encontramos em Aristóteles (ver nota 1), Loux vê a tarefa desta área como a de "considerar todas as coisas que existem e classificá-las [*sort them*] nas espécies mais gerais a que são subsumidas" explicitando relações entre as categorias resultantes dessa operação (Loux, 1998, pp.13; 16-7).

Que participação o conhecimento científico pode ter nessa "Metafísica geral"? Colocar à disposição do metafísico uma amostragem de objetos a partir da qual o metafísico poderia, através de "procedimentos indutivos", chegar às categorias mais gerais? O trabalho do metafísico teria, nesse sentido, um grau mais elevado de abstração- o que é compatível com a auto-compreensão que os filósofos têm a respeito da especificidade do seu trabalho- e, ao mesmo tempo, isso seria também compatível, creio, com posições naturalistas como as defendidas por Kornblith, na medida em que o trabalho filosófico e o científico manter-se-iam em continuidade e alimentar-se-iam mutuamente.

Loux argumenta, no entanto, que diante dessa visão do envolvimento das Ciências no empreendimento metafísico, fica difícil compreender as divergências comuns entre os filósofos que a ele se dedicam:

"[Essa concepção] pressupõe que os metafísicos começam o seu trabalho confrontados com a totalidade dos objetos que são dados de forma não problemática, e que o seu trabalho é encontrar os nichos nos quais colocar os objetos na sua

totalidade. O fato é, entretanto, que os filósofos discordam acerca das categorias, discordam a respeito de quais objetos há. Não existe um conjunto dado de objetos sobre os quais todos os metafísicos concordam” (Loux, 1998, p. 14).

Um exemplo dessas divergências é o chamado problema dos universais, que opôs nominalistas a realistas. Para os nominalistas não há propriedades (e, portanto, espécies), já que são universais, mas somente (indivíduos) particulares. Os realistas, por sua vez, supõem a existência de universais, ao lado de particulares... Essas divergências revelam um certo grau de autonomia, portanto, da especulação metafísica relativamente aos produtos da atividade científica (mais precisamente, frente a uma amostragem de objetos descritos pelas Ciências). Os filósofos podem rejeitar as categorias que poderiam subsumir esses objetos.

Tentativas de elaborar uma ‘teoria das categorias’, como a de Loux- por mais autônomas que sejam com respeito ao conhecimento científico- não devem, contudo, ser confundidas com trabalhos que se auto-denominam de “Filosofia da Natureza”, que ainda se publicam hoje em dia, e que pressupõem as velhas categorias aristotélicas ou tomistas!³⁶

3.2 | O Risco de se Generalizar o Argumento de Kim

Voltemos, porém, a Kim. Há uma implicação incômoda da posição reducionista a que ele chega: seu argumento que, como vimos, implica na impotência causal dos tipos mentais, não poderia ser generalizado e atingir os tipos (espécies naturais) de outras Ciências especiais (como a Geologia, a Química, a Biologia, etc.) restringindo a potência causal somente ao domínio dos tipos/propriedades reconhecidos pela Física?

Kim tenta evitar essa generalização que retiraria, em última instância, a autonomia de todas as Ciências especiais, levando a um reducionismo radical. Para tanto ele distingue as noções de “ordem” (que se aplica a propriedades) da noção de “nível” (que se aplica a entidades, por exemplo, células, moléculas, átomos, partículas elementares, etc.). Uma propriedade de segunda-ordem (que, como vimos, é definida funcionalmente) e uma propriedade de primeira-ordem são propriedades de um mesmo objeto (entidade ou sistema). Ambas as propriedades aplicam-se, portanto, a objetos num mesmo nível:

“A série criada pela relação segunda-ordem/realizador não acompanha [*track*] a série ordenada de níveis micro-macro: ela mantém-se inteiramente dentro de um único nível na hierarquia micro-macro” (Kim, 1999, p. 82).

A distinção entre propriedades de primeira e de segunda-ordem não corresponde, portanto, à distinção entre macro-propriedades de uma entidade (como a “transparência” da água) e as micro-propriedades dos seus constituintes (no caso as propriedades das moléculas de hidrogênio e de oxigênio). Em outros termos, a relação micro-macro é uma relação inter-níveis, enquanto que a relação segunda-ordem/primeira-ordem é intra-nível.

Kim aceita, portanto, a existência de uma hierarquia de níveis ontológicos, cada um deles contendo suas propriedades de primeira-ordem e de segunda-ordem, as primeiras sendo as únicas potentes causalmente. Assim, em cada nível ontológico, que corresponde a uma ciência particular, as propriedades de primeira-ordem situadas neste nível teriam poderes causais irredutíveis aos poderes causais de propriedades situadas num nível inferior.

Dessa maneira, Kim contesta Lycan que tende a confundir “nível” e “ordem” relativizando, portanto, a última noção: o que constitui uma propriedade de segunda-ordem com respeito a um nível inferior é, ao mesmo tempo- sugere Lycan- uma propriedade de primeira-ordem com respeito a um nível superior. Na estrutura de níveis que Lycan (1999) propõe, há uma relativização da dicotomia função/estrutura, cada nível sendo “funcional” com relação ao nível inferior, mas “estrutural” com relação ao nível superior. O risco disso é a possibilidade de se generalizar o argumento da superveniência e se concluir que somente as propriedades do nível mais básico possuem poder causal.³⁷

Antes de concluir esta seção gostaria de mencionar o eliminativismo como uma alternativa ao reducionismo. P. Churchland defende que a psicologia de senso comum [*folk psychology*] seria uma teoria falsa e, portanto, não faria sentido tentar reduzi-la, e sim eliminá-la. Em outras palavras, a linguagem teórica da psicologia intencional- envolvendo estados de crença, desejo, etc.- não faria referência a nada no mundo.

Em lugar dessa linguagem teórica, Churchland defende que devemos adotar a linguagem das neurociências na tentativa de explicar e prever o comportamento humano. É difícil precisar qual é a posição metafísica pressuposta pelo

eliminativismo³⁸. Nem mesmo a teoria da identidade parece ser uma candidata, já que esta teoria pressupõe a existência dos tipos mentais da psicologia intencional. O eliminativismo talvez pressuponha, simplesmente, um materialismo muito geral e a rejeição de toda forma de dualismo, inclusive o de propriedades.³⁹

3.3 | Em Direção a uma Filosofia Naturalista da Mente

Independentemente dessa controvérsia em torno da potência causal das espécies naturais nas ciências especiais, há filósofos da mente como Lycan (1999) que, distintamente de Kim, tentam aproximar-se mais dos resultados das Ciências. Lycan, em particular, tenta importar o conceito de ‘função’ como é empregado em biologia (com seu nítido caráter teleológico) para contornar problemas enfrentados pelos funcionalistas⁴⁰.

A obra de Dennett também ilustra uma maior participação do conhecimento científico em temas de Filosofia da mente. O seu livro *Consciousness explained*, por exemplo, serve-se extensivamente de resultados obtidos nas diversas Ciências cognitivas. Em *Darwin’s dangerous idea* Dennett explora as implicações da teoria darwinista, aplicando-a aos mais diversos problemas filosóficos (cf. nota 31).

É importante assinalar que ao mesmo tempo em que o trabalho filosófico de Dennett aproxima-se do trabalho científico, ele se compromete menos com uma particular metafísica (e.g. com uma particular resposta ao problema mente-corpo). O “funcionalismo” de Dennett, por exemplo, é mais “metodológico” em seu caráter do que “ontológico”. Isso deve-se, a meu ver, ao seu professado anti-realismo com respeito às atribuições de estados mentais (intencionais) e de funções aos sistemas.

Dennett defende, pragmaticamente, a adoção de diferentes perspectivas [stances] com respeito a um sistema, diferentes tipos de descrição/explicação, dependendo de nossos interesses. Assim, com respeito a um termostato, podemos descrever o seu funcionamento adotando seja uma perspectiva física, seja uma perspectiva de projeto [*design stance*]- em que atribuímos funções regulativas a esse dispositivo- seja, mesmo, uma perspectiva intencional- atribuindo ‘crenças’, ‘desejos’, etc. (“atitudes proposicionais”) a esse mesmo sistema (como sugerira McCarthy).

Dennett é um “instrumentalista” (um não-realista) com respeito à adoção de

uma dessas perspectivas [*stances*] particulares. Não faria sentido, por exemplo, comprometer-mo-nos com a realidade das atitudes proposicionais atribuídas a um termostato! De modo mais polêmico, Dennett também é um instrumentalista com respeito às atribuições que fazemos rotineiramente de estados mentais intencionais aos nossos semelhantes, com base na psicologia do senso comum, com o objetivo de prever o seu comportamento.

A orientação de Dennett é, como disse, mais metodológica: ela favorece as metodologias “top-down” adotadas pela ciência cognitiva- como a de sub-dividir um sistema cognitivo em módulos desempenhando determinadas funções de processamento de informação- em detrimento de metodologias “bottom-up” que, por exemplo, partam de uma descrição dos processos neurofisiológicos que ‘subjazem’ aos processos cognitivos nos animais:

“(…) até termos uma compreensão clara e precisa da atividade do sistema no mais alto dos níveis “computacionais”, nós não podemos lidar apropriadamente com questões detalhadas nos níveis mais baixos, ou interpretar os dados que podemos já ter sobre a implementação de processos nesses níveis mais baixos” (Dennett, s.d., p. 29).

Na mesma direção, Tyler Burge e Lynne Baker- em sua polêmica com Kim- propõem que se “reverta as prioridades entre a metafísica e a explicação”, privilegiando as “práticas explicativas” que têm sucesso- como as que adotamos na psicologia intencional de senso comum- em detrimento de posturas metafísicas- como as investigadas por Kim com respeito ao problema da causação mental (Kim, 1999, pp. 60-1).

Kim, por sua vez, defende a “indispensabilidade da metafísica”, que resulta a seu ver de um “realismo” com respeito às nossas atribuições de atitudes proposicionais:

“A metafísica é o domínio em que diferentes linguagens, teorias, explicações e sistemas conceituais se aproximam [*come together*] e têm as suas relações ontológicas mútuas explicitadas [*sorted out*] e esclarecidas. Que exista um tal domínio comum é o pressuposto de um realismo amplo e não tendencioso [*untendentious*] com respeito às nossas atividades cognitivas. Se você acredita que não existe um tal domínio comum, bem, isso também é metafísica” (Kim, 1999, p.66).⁴¹

Filósofos que adotam determinadas meta-filosofias- como o naturalismo, o pragmatismo, e anti-realismos como o empirismo e o instrumentalismo- podem,

portanto, evitar um envolvimento mais direto com a Metafísica, à semelhança, portanto, dos cientistas. Uma estratégia comum é a de converter teses metafísicas em regras metodológicas. Por exemplo, ao invés de assumir a ontologia funcionalista, propõe-se meramente uma metodologia “top-down”, como Dennett. Popper, a despeito do seu realismo (não-essencialista), defendeu uma conversão metodológica análoga com respeito à causalidade. Isso não significa, entretanto, que o trabalho de filósofos que adotam essa atitude “deflacionista”, bem como o de cientistas num regime de “ciência normal” (Kuhn), sejam totalmente livres de compromissos metafísicos.

3.4 | Conclusão

De um ponto de vista naturalista não faz sentido demarcar, de forma absoluta, o trabalho filosófico do trabalho científico, tanto ao nível da natureza dos seus respectivos produtos teóricos, quanto ao nível dos métodos empregados.

A Filosofia, em particular a Metafísica, que estamos enfocando neste texto, distingue-se da Ciência somente quanto ao grau de generalidade e de abstração dos seus produtos. Quanto mais geral e abstrato o produto (ou o problema enfocado), menos dependente é a especulação metafísica de resultados particulares das Ciências. Quanto menos geral e abstrato, mais a especulação metafísica pressupõe conhecimento científico (empírico) específico. Na outra direção, podemos supor que quanto mais ‘fundacional’ e abstrato é o trabalho desenvolvido pelos cientistas, mais ele se aproxima da especulação metafísica e filosófica em geral. As discussões atuais em torno das interpretações da Mecânica Quântica são eloquentes nesse contexto.⁴²

No plano metodológico, dependendo do tipo de problema enfocado, os métodos empíricos [*data-driven*] são claramente limitados e precisamos nos apoiar em construções teóricas, em métodos *theory-driven*, mais especulativos, ou mesmo lançar mão de *Gedankenexperimente* e vários tipos de simulação. Os métodos mais especulativos não são “próprios” da Filosofia- podem ser e são, efetivamente, usados em áreas de ponta nas Ciências (ou em pesquisas de fundamentos). O uso extensivo que se fez de experiências de pensamento na física relativística e quântica é um exemplo disso.

A imagem do barco de Neurath, embora não tenha representado, de forma

alguma, a posição que se tornou dominante entre os empiristas lógicos no tocante ao relacionamento entre a Filosofia e a Ciência, mantém-se uma sugestiva ilustração da interdependência entre essas áreas.

Referências Bibliográficas

Abrantes, P. A filosofia da ciência de H. Hertz. In: Évora, F. (ed.) *Século XIX: o nascimento da ciência contemporânea*. Campinas: Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (UNICAMP), Coleção CLE, v. 11, 1992, pp. 351-75.

_____. Naturalizando a epistemologia. In: Abrantes, Paulo (org.) *Epistemologia e Cognição*. Brasília: Editora da UnB, 1993.

_____. *Introdução à Filosofia da Ciência*. Universidade Aberta do DF, 1997. Brochura com circulação limitada, escrita para um curso de reciclagem para professores de biologia.

_____. *Imagens de natureza, imagens de ciência*. SP: Papyrus, 1998a.

_____. (ed.) Naturalismo epistemológico: apresentação. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência* (CLE - UNICAMP), série 3, v. 8, n. 2, pp. 7-26, 1998b. Número especial publicado em abril/ 2000.

Abrantes, P.; Amaral, F. Funcionalismo e causalção mental. Campinas: *Manuscrito*, no prelo.

Artigas, M.; Sanguinetti, J. *Filosofía de la naturaleza*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1984.

Blanché, R. *A Epistemologia*. Lisboa: Presença, 1983.

Block, N. Funcionalism (2). In: Guttenplan, S. *A Companion to the Philosophy of Mind*. Oxford: Blackwell, 1995, pp. 323-32.

Bonjour, L. Contra a epistemologia naturalizada. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, série 3, v. 8, n.2, pp. 171-202, 1998.

Chalmers. *The conscious mind: in search of a fundamental theory*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

Dennett, D. The logical geography of computational approaches (a view from the east pole). Preprint, s.d.. Apresentado na MIT Sloan conference, maio 17-20, 1984.

_____. *Consciousness explained*. Boston: Little, Brown and Company, 1991.

- _____. Darwin's dangerous idea. NY: Simon & Schuster, 1995
- Fodor, J. Special Sciences. In: Boyd et al. (eds.) *The philosophy of science*. Cambridge (MA): The MIT Press, 1991, pp. 429-441.
- Goldman, A. Epistemologia naturalista e confiabilismo. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, série 3, v. 8, n.2, pp. 109-145, 1998.
- Kitcher, P. O retorno dos naturalistas. In: Abrantes (ed.), 1998, pp. 27-108
- Kim, J. *Mind in the physical world*. Cambridge (MA): The MIT Press, 1999.
- Kim, J.; Sosa, E. (eds.) *A Companion to Metaphysics*. Oxford: Blackwell, 1995.
- Kornblith, H. *Naturalizing Epistemology*. Cambridge (Massachussets): The MIT Press, 1987.
- _____. *Inductive inference and its natural ground*. Cambridge (MA): The MIT Press, 1993.
- _____. Naturalismo: metafísico e epistemológico. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, série 3, v. 8, n.2, pp. 147-169, 1998.
- Lakatos, I. *The Methodology of Scientific Research Programmes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. Worrall, J.; Currie, G. (eds.) *Philosophical Papers*, vol. 1.
- _____. "Why did Copernicus's research programme supersede Ptolemy's". In: Lakatos, 1978, pp. 168-192.
- Loux, M. *Metaphysics: a contemporary introduction*. Londres: Routledge, 1998.
- Lycan, W.G. The continuity of levels of nature. In: Lycan (ed.) *Mind and Cognition*. Oxford: Blackwell, 1999, pp. 49-63. 2ª edição.
- Pap, A. *An Introduction to the Philosophy of Science*. NY: Free Press of Glencoe, 1962.
- Papineau, D. *Philosophical naturalism*. Oxford: Blackwell, 1993.
- Pettit, P. Naturalism. In: Dancy, J.; Sosa, E. *A Companion to Epistemology*. Oxford: Blackwell, 1994.
- Popper, K. *A Lógica da pesquisa científica*. Cultrix, SP, 1975.
- Poland, J. *Physicalism: the philosophical foundations*. Oxford: Clarendon Press, 1994.
- Quine, W.V.O. Two dogmas of empiricism. In: Quine, *From a logical point of view*. 1961.
- _____. Epistemology naturalized. In: Kornblith, H. *Naturalizing Epistemology*. Cambridge (Massachussets): The MIT Press, 1987a. Tradução em Português: Coleção "Os Pensadores".
- _____. Natural Kinds. In: Kornblith, H. *Naturalizing Epistemology*. Cambridge (Massachussets): The MIT Press, 1987b. Tradução em Português: Coleção "Os Pensadores".

Radnitzky, G. *Contemporary schools of metascience*. Goteborg: Akademiforlaget, 1970.

Rosemberg, A. A field guide to recent species of naturalism. *British Journal for the Philosophy of Science*, v. 47, pp. 1-29, 1996.

Salmon, W.C. The spirit of logical empiricism: Carl G. Hempel's role in twentieth-century philosophy of science. *Philosophy of Science*, v. 66, pp. 333-50, 1999.

Santos, Luís Henrique dos Introdução. In: Schlick, M; Carnap, R. *Coletânea de Textos*. São Paulo: Victor Civita, 1985. Coleção "Os Pensadores".

Schlick, M.; Carnap, R. *Coletânea de Textos*. São Paulo: Victor Civita, 1985. Coleção "Os Pensadores". Introdução de Luís Henrique dos Santos.

Selvaggi, F. *Filosofia do Mundo: cosmologia filosófica*. SP: Loyola, 1988.

Suppe, F. (ed.) *The Structure of Scientific Theories*. Urbana: University of Illinois Press, 1979. 2ª ed.

Endnotes

1 O termo 'metafísica' recebeu as mais diversas conotações ao longo da história da filosofia. Podemos reter pelo menos duas, principais, a aristotélica- que via a Metafísica como o empreendimento de desvendar o ser enquanto ser, enquanto realidade independente da mente (e, portanto, da experiência)- e a kantiana, na qual a Metafísica consiste, de forma mais modesta, numa análise das categorias do entendimento, implicadas no nosso conhecimento dos fenômenos. Kant considerava o "númeno", a "coisa-em-si", incognoscível. Para Kant, portanto, a Metafísica deveria redefinir-se como a "ciência dos limites do conhecimento humano". O conhecimento não pode, em particular, tomar legitimamente por objeto o que está "além" de uma experiência possível do sujeito (justamente a coisa-em-si que Kant admitia, contudo, existir). A "Metafísica transcendente" (que incluía, tradicionalmente, a psicologia racional, a cosmologia racional e a teologia racional) é, portanto, rejeitada por Kant, que só admite uma "Metafísica imanente", que se restringe aos objetos de uma experiência possível.

Neste artigo não estarei distinguindo 'metafísica' de 'ontologia' ("a ciência do ser enquanto ser"), salvo menção explícita em contrário, embora na tradição kantiana, sobretudo, isso possa ou mesmo deva ser feito. Estarei pressupondo, portanto, a concepção que os aristotélicos se faziam do objeto da Metafísica. Na tradição aristotélica, a partir de Duns Scoto expandiu-se o âmbito da Metafísica, de modo a incluir não só a referência a seres reais como também possíveis. Wolff dividiu a Metafísica em "geral" (o que chamei de 'ontologia') e "especial", esta última envolvendo as ciências de Deus, da alma e dos corpos (ou seja, respectivamente, a teologia racional, a psicologia racional e a cosmologia racional, justamente as áreas que Kant rejeitou; ver Kim &

Sosa, 1995, p. 312; Loux, 1998). A Filosofia da natureza poderia, nesse sentido wolffiano, ser considerada como uma sub-área da Metafísica especial: a “cosmologia racional”. Ver, também, nota 16.

2 Há quem prefira uma dessas denominações, ou mesmo quem defenda que correspondem a programas filosóficos diferentes, ou a diferentes fases do desenvolvimento do mesmo programa (e.g. Salmon, 1999). Para os meus fins, essas denominações simplesmente enfatizam aspectos diferentes- o ‘empirismo’ e o ‘positivismo’- de um programa em Filosofia da ciência que possui unidade, apesar de suas inflexões. No contexto deste artigo, que trata das relações entre Ciência e Metafísica, o aspecto que será enfatizado é o ‘positivismo’, que indica algumas continuidades temáticas com o positivismo do séc. XIX. Em todo caso, designarei este programa sempre por ‘empirismo lógico’ (EL), por ser a denominação mais difundida, salvo naqueles contextos em que pretendo enfatizar as continuidades temáticas entre essa escola e o positivismo comteano.

3 A nova tarefa proposta para a Filosofia foi a de “esclarecer” os seus problemas tradicionais através da análise da linguagem em que são formulados. Esse método levava, frequentemente, à “dissolução” de muitos desses problemas (ou assim se pretendia...), ou seja, mostrando-se que eram, na verdade, pseudo-problemas. A Filosofia passaria a ser uma teoria da sintaxe lógica da linguagem científica, e funcionaria como uma metalinguagem. Desse modo, o CV acreditava estar trazendo para o domínio da Filosofia o mesmo rigor, a intersubjetividade e a progressividade que são considerados traços característicos do trabalho científico. A despeito disso, o EL não adotou uma postura naturalista em Filosofia, apesar das aparências, justamente porque seus partidários continuaram distinguindo a tarefa filosófica da científica, inclusive no plano metodológico. Ver, a esse respeito, Komblith (1998), cujas posições discutirei mais a frente.

4 Exemplos de enunciados metafísicos são os enunciados que afirmam (ou negam) a realidade do mundo exterior, a existência de Deus, etc.

5 Trata-se do livro *Allgemeine Erkenntnislehre*.

6 Pap ilustra exemplarmente esta concepção da tarefa precípua da Filosofia, distinguindo-a da atividade científica: “Nós propomos a seguinte sugestão: o filósofo não se pergunta somente por evidências ou razão; ele tem mais consciência do que o cientista mediano, para não falar do ‘homem comum’, de que a questão do significado é anterior à questão da verdade (...) Se definirmos, então, a filosofia como uma busca infatigável e sem preconceitos pela verdade nós não conseguimos diferenciá-la da ciência. Se nós a definirmos como uma busca obstinada pela clareza de significado, chegamos muito mais próximo de uma definição diferenciadora. O fato de que boa parte da filosofia profissional, nesta época de especialização científica, está de fato dominada pela análise de significados de termos fundamentais como ‘causa’, ‘probabilidade’, ‘realidade’, ‘verdade’, ‘bem’, ‘coisa’, ‘certeza’, ‘medida’, ‘mental’, indica que tal definição, embora vaga (como é vaga a palavra definida), não é inteiramente arbitrária” (Pap, 1962, p. 4).

7 Exemplos de termos teóricos presentes em teorias científicas de diferentes áreas incluem: 'gene', 'elétron', 'campo magnético', 'buraco negro', 'valência', 'crença', 'neuro-transmissores', etc. Tais termos têm em comum o fato de não se referirem a entidades ou processos diretamente observáveis.

8 Suppe (1979) defende que o desenvolvimento do programa do EL, em sua última fase, em especial ao introduzir os 'modelos' como componentes da estrutura das teorias científicas- ao lado do 'cálculo' e das 'regras de correspondência'-, afastou-se do anti-realismo inicial e tendeu para uma postura realista quanto ao *status* cognitivo da linguagem teórica. Ver também Salmon (1999).

9 É claro que se pode defender que o programa do empirismo lógico lá tinha, subrepticamente, os seus compromissos ontológicos!

10 Sobre a Filosofia da ciência de Hertz, ver Abrantes (1992).

11 Pode-se defender, contudo, que há necessariamente uma interdependência entre essas sub-áreas da Filosofia. Não pretendo neste artigo tratar deste tópico, que abordei em outros lugares (Abrantes, 1993, 1998a, 1998b). Na seção "Metafísica naturalizada", abaixo, volto a tocar nessa questão.

12 É importante distinguir este behaviorismo metodológico, do behaviorismo lógico e do behaviorismo ontológico. O behaviorismo lógico- também no espírito da concepção que os empiristas lógicos se faziam do trabalho filosófico- é uma tentativa de aplicar à linguagem teórica da psicologia do senso-comum a "terapia" filosófica de traduzi-la numa linguagem observacional, no caso, uma linguagem em que seus termos não-lógicos referem-se exclusivamente a observáveis, particularmente a comportamentos. O behaviorismo ontológico é uma doutrina a respeito da natureza dos estados mentais (considerados idênticos a comportamentos). Trata-se, portanto, de uma solução para o problema mente-corpo, de uma ontologia, com a qual os empiristas lógicos, coerentemente, não queriam se envolver.

13 Há uma primeira manifestação nesse sentido ao final do parágrafo 4 da *Lógica da Pesquisa Científica* (Popper, 1975) e também no Prefácio à edição inglesa deste livro.

14 As proposições do núcleo metafísico são deliberadamente protegidas do falseamento. Um outro exemplo eloqüente da influência duradoura e positiva de uma filosofia da natureza sobre a articulação e desenvolvimento de um programa de pesquisa científica foi a do "dogma" platônico da circularidade em astronomia, de Eudoxo a Copérnico inclusive (ver Lakatos, 1978, pp. 168-192).

15 A respeito da noção de "imagem de natureza", ver Abrantes, 1998a, pp. 9-24.

16 Abrantes (1998a) exemplifica essa influência recíproca no caso do mecanicismo e do dinamismo enquanto imagens rivais de natureza no séc. XVII. Utilizando a noção de "imagem de natureza" podemos, de um ponto de vista naturalista (ver próxima seção), conceber a Filosofia da Natureza como envolvida em três tarefas:

1. Explicitar as imagens de natureza pressupostas pelas Ciências;
2. Construir uma imagem unificada de natureza, com base no conhecimento científico disponível em dada época;
3. Compor o quadro conceitual das Ciências (ou explicitar as categorias mais gerais nas quais se pode classificar os objetos, propriedades, etc. que existem, a partir do conhecimento científico disponível, como 'tempo', 'espaço', 'matéria', 'força', 'vida', 'consciência', etc).

Ver também nota 1. Quanto à terceira tarefa, ver as referências que faço a Loux na última parte deste artigo.

17 Este é o título sugestivo do artigo de Kitcher, 1998.

18 A imagem do barco de Neurath- que tem que ser reconstruído em pleno mar, já que não existem ancoradouros, "terra firme", representando algum "fundamento" inabalável para o conhecimento- é repetidamente invocada pelos naturalistas nesse contexto, o que motiva, por sua vez, a crítica de que o naturalismo não consegue escapar de uma circularidade viciosa no caso de manter-se o compromisso da Epistemologia com a validação do conhecimento científico. Ver Abrantes 1993, 1998b.

19 Um correlato dessa interdependência, no caso da atividade científica, é a inter-relação entre "imagens de natureza" e "imagens de ciência" (ver Abrantes, 1998a).

20 Kornblith cita, como exemplo, os filósofos que defendem- no contexto da Filosofia da mente- uma "ontologia subjetiva", numa alusão clara, embora não explícita, a Searle.

21 Rosemberg inclui o "cientificismo" como um dos traços característicos do naturalismo, ao lado do "repúdio à filosofia primeira" e do darwinismo (1996, p. 4). Goldman (1998), por sua vez, embora se considere um naturalista rejeita, porém, o cientificismo.

22 É evidente que se coloca, de imediato, a questão de quem está autorizado a estabelecer os critérios de "sucesso". O naturalista não dispõe, obviamente, do recurso a uma "filosofia primeira", restando-lhe a convicção de que a circularidade, que surge inevitavelmente, não seja viciosa, como afirmam os seus críticos. A imagem do barco de Neurath é, também nesse contexto, eloquente (ver nota 18).

23 Neste último caso, o naturalista terá que se confrontar com a questão de como se justificam as inferências científicas que conduzem do observável ao inobservável, como ressalta Bonjour (1998).

24 A concepção de "espécies naturais" adotada por Kornblith é a de Boyd: são agrupamentos de propriedades vinculadas por relações homeostáticas.

25 O argumento que apresenta a favor desta posição não é totalmente convincente, contudo, pois apela não para uma teoria científica particular mas para a chamada "folk psychology". Este

apelo velado à “folk psychology” torna Kornblith alvo fácil de ataques eliminativistas, como os compreendidos por Churchland (mas a frente trataremos do eliminativismo).

26 Há dúvidas, entretanto, se a relação de superveniência é capaz de estabelecer um fisicalismo não-redutivo, como veremos adiante.

27 O naturalismo defendido por Quine, por exemplo, é justamente de tipo metodológico, na classificação que propõe Goldman (1998).

28 Esta é uma hipótese histórica que não pretendo defender aqui. Ver, a esse respeito, uma entrevista de Kim disponível no endereço: <http://www.ephilosopher.com/010101/symposia/symposia.htm>. Página acessada em 21/05/2001.

29 Notar, *en passant*, que o conexionismo (como alternativa à tradicional arquitetura computacional tipo von Neumann) foi inspirado (ou modelado) pelo conhecimento em Neurofisiologia a respeito da estrutura do cérebro humano. O conexionismo, por sua vez, tem sido extremamente fértil para a modelagem, em Ciências Cognitivas e em Filosofia, das capacidades usualmente associadas à mente.

30 A fertilidade dos modelos mecânicos na Física do séc. XIX é uma evidência cabal disso.

31 O darwinismo tem sido a fonte de metáforas/modelos para diversas ciências (incluindo a Ciência da computação, com os algoritmos genéticos) e também para a Filosofia, como nas chamadas “epistemologias evolucionistas”.

32 Uma propriedade (no caso que nos interessa uma propriedade mental) de segunda-ordem M é definida da seguinte forma:

M^o a propriedade de ter alguma propriedade de primeira-ordem j tal que estar em I causa um indivíduo ter j e ter j causa um indivíduo ir para O .

Simbolicamente, se x tem a propriedade de segunda-ordem M , podemos escrever:

x tem $M \hat{U} (\$j) [jx \ \& \ (I \rightarrow j \rightarrow O)]$.

onde as setas simples indicam relações causais, I e O representam, respectivamente, estímulos (*inputs*) e respostas (*outputs*) e j , como antes, representa uma propriedade de primeira-ordem.

33 Não caberia neste artigo esmiuçar esse argumento. Os interessados poderão consultar, para um estudo mais completo, Abrantes, P.; Amaral, F. (no prelo).

34 Block (1995, pp. 325-6) faz uma sutil, e pouco usual, distinção entre ontologia (teses “a respeito do que existe”) e metafísica (teses a respeito “do que fornece identidade a cada tipo de estado mental”), no contexto da Filosofia da mente. Block defende que o funcionalismo responde à questão metafísica sem responder à questão ontológica. Mencione essa distinção, mas não a adotei neste artigo.

35 É claro que se pode também perceber, na aceitação do fechamento causal do mundo físico, um comprometimento com ideais filosóficos mais gerais, como os de simplicidade ontológica e de unificação (unidade das Ciências).

36 Num desses livros lê-se, por exemplo: "...nenhuma teoria séria e digna de consideração alguma vez derivou da ciência as suas categorias fundamentais, mas antes sempre procurou impor à ciência as suas categorias, que da ciência podem, quando muito, receber ou nela encontrar sugestões e confirmações" (Selvaggi, 1988, p. 154). Em outro livro desta cepa, lê-se que as "ciências experimentais" e a "Filosofia da Natureza", embora "coincidam em proporcionar conhecimentos verdaderos acerca de la naturaleza material (...) se diferencian básicamente porque las ciencias experimentales buscan explicaciones investigando las *causas próximas o inmediatas* (por ejemplo, explican las propiedades de los cuerpos mediante su composición de moléculas de un tipo determinado) mientras que la Filosofía de la Naturaleza busca las *causas primeras* de la realidade natural (por ejemplo, estudiando el modo de ser de las substancias materiales, concluye que están compuestas de materia y forma, y además que llegan a ser a partir de otras substancias y que deve existir una Causa primera del mundo material)" (Artigas & Sanguineti, 1984, p.16). O que este autor não aborda é a questão da legitimidade dessa última investigação: de que métodos a "Filosofia da Natureza" lançaria mão para descobrir (ou postular) tais "causas primeiras"?

37 Se é que este nível ontológico básico existe, pois a abordagem de Lycan não é incompatível, em princípio, com um "mergulho" num poço sem fundo...

38 Pode-se defender que o eliminativismo não é uma resposta ao problema mente-corpo- ou seja, não é uma posição em ontologia- mas sim uma posição em filosofia da psicologia (em epistemologia, portanto).

39 Ver Kim & Sosa, 1995, pp. 392-3.

40 O(s) conceito(s) de função adotados pelos funcionalistas são os de 'função matemática' (como no funcionalismo de Máquina de Turing) e, outras vezes, o de 'função causal' (como na definição de propriedades de segunda-ordem; ver nota 32).

41 É possível reconhecer, também, essa tensão entre realismo e anti-realismo- correspondendo a um maior ou menor comprometimento com uma metafísica- em outros episódios, como na história da astronomia desde Platão- e, mais recentemente, no debate Einstein-Bohr. No primeiro episódio, o período helenístico foi marcado, por exemplo, por uma atitude instrumentalista com respeito aos modelos astronômicos, embora esses modelos fossem originalmente tributários de uma cosmologia platônica. A revolução copernicana já foi marcada, ao contrário, por uma atitude realista que motivou um retorno a Platão. Ver também nota 14.

42 É significativo que alguns filósofos da mente apelem para essas interpretações da Mecânica Quântica numa tentativa de lidar com o chamado "problema difícil" da consciência: o de situar a experiência fenomênica (os *qualia*) num quadro fisicalista de mundo (ver Chalmers, 1996).